

Cachoeira Paulista Transmissora de Energia S.A.

Informações Trimestrais – ITR em
30 de junho de 2023

Conteúdo

Comentário de desempenho	3
Relatório dos auditores independentes sobre as informações trimestrais - ITR	4
Balancos patrimoniais	6
Demonstrações do resultado	7
Demonstrações do resultado abrangente	8
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido	9
Demonstrações dos fluxos de caixa	10
Demonstrações do valor adicionado	11
Notas explicativas às informações trimestrais - ITR	12

Comentário de desempenho

1. Principais acontecimentos no período

(a) Pagamento de debêntures

Em 16 de janeiro de 2023 a Companhia efetuou o pagamento de principal e dos juros da 2ª emissão das debêntures no valor de R\$ 8.307 mil e R\$ 17.828 mil, respectivamente.

(b) Disponibilidade da linha de transmissão

A disponibilidade da linha de transmissão no período findo em 30 de junho de 2023 e 2022 foi de 100%.

2. Declaração da Diretoria

Em cumprimento às disposições legais e estatutárias, os membros da diretoria, declaram que revisaram, discutiram e concordam acerca das informações trimestrais – ITR da Companhia e com as conclusões expressas no relatório sobre a revisão das informações trimestrais – ITR para o período de seis meses findo em 30 de junho de 2023.

3. Relacionamento com os auditores independentes

Em atendimento à instrução CVM nº 381, de 14 de janeiro de 2003, informamos que a KPMG Auditores Independentes foi contratada para a prestação de serviços de auditoria externa para da Companhia para o período findo em 30 de junho de 2023.



KPMG Auditores Independentes Ltda.
Rua do Passeio, 38 - Setor 2 - 17º andar - Centro
20021-290 - Rio de Janeiro/RJ - Brasil
Caixa Postal 2888 - CEP 20001-970 - Rio de Janeiro/RJ - Brasil
Telefone +55 (21) 2207-9400
kpmg.com.br

Relatório sobre a revisão de informações trimestrais - ITR

Aos Conselheiros e Diretores da
Cachoeira Paulista Transmissora de Energia S.A
Rio de Janeiro - RJ

Introdução

Revisamos as informações contábeis intermediárias da Cachoeira Paulista Transmissora de Energia S.A ("Companhia"), contidas no Formulário de Informações Trimestrais (ITR) referente ao trimestre findo em 30 de junho de 2023, que compreendem o balanço patrimonial em 30 de junho de 2023 e as respectivas demonstrações do resultado e do resultado abrangente para os períodos de três e seis meses findos naquela data e das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período de seis meses findo naquela data, incluindo as notas explicativas.

A administração da Companhia é responsável pela elaboração das informações contábeis intermediárias de acordo com o CPC 21(R1) e a norma internacional IAS 34 – *Interim Financial Reporting*, emitida pelo *International Accounting Standards Board* – (IASB), assim como pela apresentação dessas informações de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais (ITR). Nossa responsabilidade é a de expressar uma conclusão sobre essas informações contábeis intermediárias com base em nossa revisão.

Alcance da revisão

Conduzimos nossa revisão de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão de informações intermediárias (NBC TR 2410 - Revisão de Informações Intermediárias Executada pelo Auditor da Entidade e ISRE 2410 - *Review of Interim Financial Information Performed by the Independent Auditor of the Entity*, respectivamente). Uma revisão de informações intermediárias consiste na realização de indagações, principalmente às pessoas responsáveis pelos assuntos financeiros e contábeis e na aplicação de procedimentos analíticos e de outros procedimentos de revisão. O alcance de uma revisão é significativamente menor do que o de uma auditoria conduzida de acordo com as normas de auditoria e, conseqüentemente, não nos permitiu obter segurança de que tomamos conhecimento de todos os assuntos significativos que poderiam ser identificados em uma auditoria. Portanto, não expressamos uma opinião de auditoria.



Conclusão sobre as informações intermediárias

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as informações contábeis intermediárias incluídas nas informações trimestrais acima referidas não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com o CPC 21(R1) e a IAS 34, aplicáveis à elaboração de Informações Trimestrais - ITR e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários.

Outros Assuntos - Demonstrações do valor adicionado

As informações trimestrais acima referidas incluem as demonstrações do valor adicionado (DVA) referentes ao período de seis meses findo em 30 de junho de 2023, elaboradas sob a responsabilidade da administração da Companhia e apresentadas como informação suplementar para fins de IAS 34. Essas demonstrações foram submetidas a procedimentos de revisão executados em conjunto com a revisão das informações trimestrais, com o objetivo de concluir se elas estão conciliadas com as informações contábeis intermediárias e registros contábeis, conforme aplicável, e se sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que essas demonstrações do valor adicionado não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nessa Norma e de forma consistente em relação às informações contábeis intermediárias tomadas em conjunto.

Rio de Janeiro, 2 de agosto de 2023

KPMG Auditores Independentes Ltda.
CRC SP-014428/O-6 F-RJ


Milena dos Santos Rosa
Contador CRC RJ-100983/O-7

Balanços patrimoniais

Em 30 de junho de 2023 e dezembro de 2022

(em milhares de Reais)

	Nota	30/06/2023	31/12/2022
Caixa e equivalentes de caixa		148	124
Títulos e valores mobiliários	8 (i)	89.982	82.437
Concessionárias e permissionárias	9	8.177	7.957
Ativo de contrato	10	36.041	35.398
Impostos e contribuições a recuperar		802	389
Outros ativos		5.651	5.628
Total do ativo circulante		140.801	131.933
Títulos e valores mobiliários	8 (ii)	29.707	27.982
Ativo de contrato	10	180.995	182.997
Total do realizável a longo prazo		210.702	210.979
Imobilizado e Intangível		1.218	1.220
Total do imobilizado + intangível		1.218	1.220
Total do ativo não circulante		211.920	212.199
Total do ativo		352.721	344.132
Fornecedores		670	718
Debêntures	11	32.794	32.706
Imposto de renda e contribuição social a recolher	12	1.459	1.831
Outros impostos e contribuições a recolher		1.520	655
Pis e Cofins diferidos	13	3.083	1.194
Dividendos a pagar	22 (c)	33.396	16.698
Encargos setoriais		2.455	1.924
Outros passivos		646	527
Total do passivo circulante		76.023	56.253
Debêntures	11	206.105	215.010
Pis e Cofins diferidos	13	4.660	6.422
Imposto de renda e contribuição social diferidos	14	27.748	23.905
Outros passivos		1.843	1.844
Total do passivo não circulante		240.356	247.181
Total dos passivos		316.379	303.434
Capital social	16 (a)	20.000	20.000
Reserva de lucros	16 (b)	4.000	20.698
Lucro líquido do período		12.342	-
Total do patrimônio líquido		36.342	40.698
Total do passivo e patrimônio líquido		352.721	344.132

As notas explicativas são parte integrante das informações trimestrais – ITR.

Demonstrações do resultado

Períodos de três e seis meses findos em 30 de junho de 2023 e 2022

(em milhares de Reais)

	Nota	3 meses findos		6 meses findos	
		30/06/2023	30/06/2022	30/06/2023	30/06/2022
Receita operacional líquida	18	16.501	16.387	32.837	32.426
Pessoal		(404)	(265)	(713)	(465)
Material		(20)	(32)	(42)	(55)
Serviços de terceiros	19 (a)	(790)	(1.754)	(1.041)	(1.988)
Outros		334	(125)	(234)	(320)
Custos operacionais		(880)	(2.176)	(2.030)	(2.828)
Lucro bruto		15.621	14.211	30.807	29.598
Pessoal		(16)	(10)	(16)	(10)
Serviços de terceiros	19 (b)	(71)	-	(278)	(231)
Outros		(14)	(32)	(60)	(68)
Despesas operacionais		(101)	(42)	(354)	(309)
Resultado antes das receitas (despesas) financeiras		15.520	14.169	30.453	29.289
Receitas financeiras		3.087	3.289	6.047	6.007
Despesas financeiras		(8.790)	(8.592)	(17.789)	(15.837)
Resultado financeiro	20	(5.703)	(5.303)	(11.742)	(9.830)
Resultado antes dos impostos		9.817	8.867	18.711	19.459
Imposto de renda e contribuição social correntes		(1.318)	(1.659)	(2.526)	(3.119)
Imposto de renda e contribuição social diferidos		(2.032)	7	(3.843)	16
Imposto de renda e contribuição social	21	(3.350)	(1.652)	(6.369)	(3.103)
Lucro líquido do período		6.467	7.214	12.342	16.356
Resultado por ação					
Resultado por ação - básico e diluído (em R\$)	17	0,32	0,36	0,62	0,82

As notas explicativas são parte integrante das informações trimestrais – ITR.

Demonstrações do resultado abrangente

Períodos de três e seis meses findos em 30 de junho de 2023 e 2022

(em milhares de Reais)

	3 meses findos		6 meses findos	
	30/06/2023	30/06/2022	30/06/2023	30/06/2022
Lucro líquido do período	6.467	7.214	12.342	16.356
Outros resultados abrangentes	-	-	-	-
Resultado abrangente total do período	6.467	7.214	12.342	16.356

As notas explicativas são parte integrante das informações trimestrais – ITR.

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido

Períodos de seis meses findos em 30 de junho de 2023 e 2022

(em milhares de Reais)

	Nota	Capital Social	Reservas de lucros		Lucros acumulados	Total do patrimônio líquido
			Legal	Dividendo adicional		
Saldo em 31 de dezembro de 2021		20.000	15.256	14.785	-	50.040
Dividendos adicionais propostos - AGO 18.04.2022	16 (b)	-	-	(14.785)	-	(14.785)
Lucro líquido do período		-	-	-	16.356	16.356
Saldo em 30 de junho de 2022		20.000	15.256	-	16.356	51.612
Saldo em 31 de dezembro de 2022		20.000	4.000	16.698	-	40.698
Dividendos adicionais propostos - AGO 31.03.2023	16 (b)	-	-	(16.698)	-	(16.698)
Lucro líquido do período		-	-	-	12.342	12.342
Saldo em 30 de junho de 2023		20.000	4.000	-	12.342	36.342

As notas explicativas são parte integrante das informações trimestrais – ITR.

Demonstrações dos fluxos de caixa

Períodos de seis meses findos em 30 de junho de 2023 e 2022

(em milhares de Reais)

	Nota	30/06/2023	30/06/2022
Fluxo de caixa das atividades operacionais			
Lucro líquido do período		12.342	16.356
Ajustes para:			
- Imposto de renda e contribuição social diferidos		3.843	16
- Pis e Cofins diferidos	18	126	(62)
- Juros e correção monetária sobre debêntures e financiamento	20	17.318	15.362
- Depreciação		(2)	-
- Ativo de contrato - remuneração	10	(16.019)	(16.168)
		17.608	15.504
Variações em:			
- Títulos e valores mobiliários		(7.544)	66.461
- Concessionárias e permissionárias		(220)	109
- Ativo de contrato	10	17.378	16.748
- Impostos e contribuições a recuperar		(412)	891
- Outros ativos		3.889	(367)
- Fornecedores		(48)	(166)
- Impostos e contribuições a recolher		1.906	1.590
- Encargos setoriais		530	521
- Outros passivos		122	371
Caixa gerado pelas atividades operacionais		33.209	101.662
Impostos e contribuições pagos		(1.413)	(1.340)
Débitos tributários	15 (c)	(3.912)	-
Debêntures - pagamento de juros	11	(17.828)	(10.229)
Caixa líquido gerado das atividades operacionais		10.056	90.093
Fluxo de caixa das atividades de investimento			
Títulos e valores mobiliários		(1.725)	(6.371)
Imobilizado e intangível		-	1
Caixa (utilizado) das atividades de investimento		(1.725)	(6.370)
Fluxo de caixa das atividades de financiamento			
Debêntures - pagamento de principal	11	(8.307)	(6.936)
Pagamento de dividendos	22 (c)	-	(29.570)
Caixa líquido (utilizado) nas atividades de financiamento		(8.307)	(36.506)
Aumento em caixa e equivalentes de caixa		24	47.216
Caixa e equivalentes de caixa no início do período		124	278
Caixa e equivalentes de caixa em 30 de junho		148	47.494

As notas explicativas são parte integrante das informações trimestrais – ITR.

Demonstrações do valor adicionado

Períodos de seis meses findos em 30 de junho de 2023 e 2022

(em milhares de Reais)

	Nota	30/06/2023	30/06/2022
Receitas (1)		38.021	34.995
Remuneração do ativo de contrato	18	29.624	26.897
Operação e manutenção do ativo de contrato	18	8.397	8.097
Insumos adquiridos de terceiros (2)		2.382	3.137
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros		1.361	2.273
Despesas gerais, administrativas e outros		1.021	864
Valor adicionado bruto (1) - (2) = (3)		35.639	31.857
Depreciação e amortização (4)		2	1
Valor adicionado líquido produzido pela Companhia (3) - (4) = (5)		35.637	31.856
Valor adicionado recebido em transferência (6)		6.047	6.007
Receitas financeiras	20	6.047	6.007
Valor adicionado total a distribuir (5 + 6)		41.684	37.863
Distribuição do valor adicionado		41.684	37.863
Impostos, taxas e contribuições		11.553	5.670
Juros	20	17.789	15.837
Lucros líquido do período		12.342	16.356

As notas explicativas são parte integrante das informações trimestrais – ITR.

Notas explicativas às informações trimestrais - ITR

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

Nota	Página
Base de preparação	
1. Contexto operacional	13
2. Base de preparação	14
3. Moeda funcional e moeda de apresentação	14
4. Uso de estimativas e julgamentos	14
Políticas contábeis	
5. Base de mensuração	14
6. Sazonalidade	14
7. Principais políticas contábeis	15
Ativos	
8. Títulos e valores mobiliários	15
9. Concessionárias e permissionárias	15
10. Ativo de contrato	16
Passivos e Patrimônio Líquido	
11. Debêntures	16
12. Impostos e contribuições a recolher	19
13. PIS e COFINS diferidos	19
14. Imposto de renda e contribuição social diferidos	19
15. Provisão e passivos contingentes	20
16. Patrimônio líquido	21
Desempenho do ano	
17. Lucro básico e diluído por ação	22
18. Receita operacional líquida	22
19. Serviços de terceiros	23
20. Resultado financeiro	23
Tributos sobre o lucro e sobre a receita tributável	
21. Imposto de renda e contribuição social	24
Outras informações	
22. Transações com partes relacionadas	25
23. Gestão de riscos financeiros	25
24. Cobertura de seguros	28
25. Eventos subsequentes	28

1 Contexto operacional

A Cachoeira Paulista Transmissora de Energia S.A. ("Companhia"), sociedade anônima aberta devido a emissão de debêntures listadas na Comissão de Valores Mobiliários (CVM), foi constituída em 25 de setembro de 2002 e está estabelecida na cidade do Rio de Janeiro. A Companhia tem por objeto social a exploração de concessões de serviços públicos de transmissão de energia, prestados mediante implantação, operação e manutenção de instalações de transmissão e demais serviços complementares necessários à transmissão de energia elétrica.

Em 26 de dezembro de 2018, após aprovação da transação pelo Conselho Administrativo de Defesa Econômica (CADE) e pela Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL), ocorreu alteração no controle acionário da Companhia. O acionista majoritário que era a Isolux Energia e Participações S.A. ("Isolux") passou a ser a Celeo Redes Brasil S.A. ("Celeo Redes").

Em 31 de dezembro de 2020 a Celeo Redes possuía 100% de participação na Companhia.

Em fevereiro de 2021 a Celeo Redes transferiu 100% das ações da Companhia, por meio de aumento de capital para a Celeo Redes Expansões S.A. ("Celeo Expansões").

Em 30 junho de 2023 e 31 de dezembro de 2022 a Celeo Expansões possuía 100% de participação na Companhia.

1.1 Contrato de concessão

O contrato de concessão nº 84/2002 ("Contrato") tem como objetivo a construção, operação e manutenção da linha de transmissão 500 kV, circuito simples, com extensão aproximada de 181 km, com origem na subestação Tijuco Preto e término na subestação Cachoeira Paulista, ambas no Estado de São Paulo.

O Contrato foi assinado no dia 20 de dezembro de 2002 e tem vigência de 30 anos, com o seu vencimento no dia 20 de dezembro de 2032. A Companhia entrou em operação comercial em dezembro de 2004.

A partir de julho de 2019 (16º ano de operação comercial) a Companhia passou a receber 50% da receita anual permitida do 15º ano, estendendo-se até o término do prazo da concessão.

1.2 Receita Anual Permitida (RAP)

A Resolução Homologatória nº 3.067, de 13 de julho de 2022, estabeleceu a RAP da Companhia para o ciclo 2022-2023 em R\$ 78.634 (R\$ 70.415 para o ciclo 2021-2022) um aumento aproximado de 11,67%, em comparação com o ciclo anterior, decorrente do reajuste da inflação (IGP-M).

2 Base de preparação

Declaração de conformidade

As informações trimestrais - ITR foram preparadas de acordo com o pronunciamento técnico CPC 21 (R1) - Demonstração Intermediária e com a norma internacional IAS 34 - Interim Financial Reporting, emitida pelo International Accounting Standards Boards (IASB). A apresentação destas informações trimestrais - ITR foi elaborada de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM), aplicáveis à elaboração de informações trimestrais - ITR.

A emissão destas informações trimestrais - ITR foi autorizada pela diretoria em 02 de agosto de 2023.

Todas as informações relevantes próprias das informações trimestrais - ITR, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem àquelas utilizadas pela administração na sua gestão.

3 Moeda funcional e moeda de apresentação

Estas informações trimestrais - ITR estão apresentadas em Reais, que é a moeda funcional da Companhia. Todos os saldos foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

4 Uso de estimativas e julgamentos

Na preparação destas demonstrações financeiras intermediárias, a Administração utilizou estimativas e julgamentos que afetam a aplicação das políticas contábeis e os valores reportados dos ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

Itens sujeitos a essas estimativas incluem: critério de apuração e remuneração do ativo de contrato (nota explicativa 10), análise do risco de crédito para determinação da provisão para perdas esperadas de crédito, reconhecimento de provisões para riscos fiscais, cíveis, trabalhistas e regulatórios (nota explicativa 15). As estimativas e julgamentos são revisadas de forma contínua. As revisões das estimativas são reconhecidas prospectivamente.

5 Base de mensuração

As informações trimestrais - ITR foram preparadas com base no custo histórico, com exceção de determinados instrumentos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado.

6 Sazonalidade

A Companhia não possui sazonalidade nas suas operações.

7 Principais políticas contábeis

As práticas e os critérios contábeis adotados na preparação destas informações trimestrais - ITR, estão consistentes com aqueles adotados na elaboração das demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2022, e, portanto, devem ser analisadas em conjunto.

Adicionalmente, informamos que estas informações trimestrais - ITR foram elaboradas sem a reinserção de algumas notas explicativas, que já foram divulgadas nas demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2022.

8 Títulos e valores mobiliários

i. Circulante

A Companhia estruturou seus recursos por meio de Certificado de Depósito Bancário (CDB) atrelado ao DI do Banco Santander. A taxa média de indexação dessas aplicações financeiras foi de 101,36% (100,34% em 2022) do DI com vencimento entre agosto de 2023 e dezembro de 2024.

ii. Não circulante

Para fins de garantia da operação da 2ª emissão de debentures, a Companhia precisa manter durante todo o período de amortização da operação as contas denominadas (i) "conta reserva", com saldo no montante necessário para o pagamento da próxima parcela de serviço da dívida e (ii) "conta vinculada", que centraliza a movimentação dos direitos creditórios originados dos "contratos do projeto", relacionados aos contratos de concessão e de prestação de serviços. Em 30 de junho de 2023 e 31 de dezembro de 2022, todas as contas estão em conformidade ao estipulado nos contratos relacionados às debêntures.

Em 30 de junho de 2023 e 31 de dezembro de 2022, a totalidade dos recursos estão aplicados em Certificados de Depósito Bancário (CDB) no Banco Santander, cuja rentabilidade (líquida de despesas, mas não de impostos) no período findo em 30 de junho de 2023 foi de 95% DI (95% em 2022).

9 Concessionárias e permissionárias

	30/06/2023	31/12/2022
A vencer	6.719	6.542
Até 12 meses	493	440
Acima de 12 meses	965	975
	8.177	7.957

10 Ativo de contrato

Em 31 de dezembro de 2022 e 2021	218.395	220.238
Remuneração do ativo de contrato	8.022	8.084
Recebimentos	(8.689)	(8.368)
Em 31 de março de 2023 e 2022	217.728	219.954
Remuneração do ativo de contrato	7.997	8.084
Recebimentos	(8.689)	(8.379)
Em 30 de junho de 2023 e 2022	217.036	219.659

A segregação entre circulante e não circulante está detalhada abaixo:

	30/06/2023	31/12/2022
Circulante	36.041	35.398
Não circulante	180.995	182.997
	217.036	218.395

11 Debêntures

Debêntures	(a)/(c)	252.381	259.039
Custo de transação	(b)	(4.665)	(5.168)
Em 31 de dezembro de 2022 e 2021		247.716	253.871
Juros		8.662	6.974
Amortização - principal		(8.307)	(6.936)
Amortização - juros		(17.828)	(10.229)
Amortização - custo de transação	(b)	137	91
Debêntures		234.908	248.848
Custo de transação	(b)	(4.528)	(5.077)
Em 31 de março de 2023 e 2022		230.380	243.771
Juros		8.380	8.297
Amortização - custo de transação	(b)	139	138
Debêntures		243.289	257.145
Custo de transação	(b)	(4.389)	(4.939)
Em 30 de junho de 2023 e 2022		238.899	252.206

- (a) No dia 11 de novembro de 2011, a Companhia realizou a 1ª emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, em série única, no valor de R\$ 220.000, cujos recursos foram destinados à: (i) liquidação integral do saldo devedor com o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES); (ii) pagamento de dividendos e lucros acumulados; (iii) constituição das contas de garantia; e (iv) contrato de empréstimo com a antiga controladora.

Sobre o saldo principal da dívida incidiram juros de Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) + 7,8% ao ano. Os juros remuneratórios e a amortização do principal eram pagos trimestralmente. O primeiro pagamento foi realizado no dia 11 de fevereiro de 2012 e o último foi realizado 12 de maio de 2021 por meio do resgate antecipado da totalidade das debêntures.

- (b) Refere-se aos custos com comissões bancárias e honorários advocatícios para obtenção da 1ª e 2ª emissão das debêntures.
- (c) No dia 15 de julho de 2021, a Companhia realizou a 2ª emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, em série única, no valor de R\$ 250.000, cujos recursos foram destinados à realização de investimentos, refinanciamentos e distribuição de recursos à acionista, bem como para o capital de giro da Companhia. A subscrição da emissão ocorreu em 21 de julho de 2021.

Sobre o saldo devedor incidem juros remuneratórios correspondentes à variação acumulada de 100% das taxas médias diárias de DI - Depósito Interfinanceiro de um dia, acrescida de spread de 1,70% ao ano.

Os juros remuneratórios e a amortização do principal são pagos semestralmente, no dia 15 dos meses de janeiro e julho de cada ano, sendo o primeiro pagamento ocorrido em 17 de janeiro de 2022 e o último na data de vencimento em 15 de julho de 2031.

A segregação entre circulante e não circulante está detalhada abaixo:

	30/06/2023	31/12/2022
Circulante	32.794	32.706
Não circulante	206.105	215.010
	238.899	247.716

O vencimento das parcelas reconhecidas no não circulante está detalhado abaixo:

	30/06/2023
Em 2024	8.688
Em 2025	19.899
Em 2026	22.942
A partir de 2027	154.576
	206.105

As debêntures possuem cláusulas restritivas não financeiras e financeiras de vencimento antecipado, incluindo o cumprimento de determinados indicadores financeiros durante a sua vigência.

As principais cláusulas de vencimento antecipado estão descritas a seguir: (a) Inadimplemento, pela Companhia, de qualquer obrigação pecuniária relativa às debêntures e/ou prevista na escritura; (b) Liquidação, dissolução ou extinção da Companhia; (c) Pedido de recuperação judicial, decretação de falência ou autofalência da Companhia, assim como apresentação, pela Companhia, de plano de recuperação extrajudicial a qualquer credor ou classe de credores; (d) Transformação da forma societária da Companhia de sociedade por ações para qualquer outro tipo societário, nos termos dos artigos 220 a 222 da Lei das Sociedades por Ações; (e) Extinção definitiva ou transferência (total ou parcial) da Concessão ou encampação, caducidade, rescisão, anulação ou intervenção, pelo Poder Concedente, da Concessão; (f) Vencimento antecipado de qualquer dívida financeira da Companhia com terceiros, em valor individual ou agregado igual ou superior a R\$10.000 (dez milhões de reais); (g) Invalidade, nulidade, inexecutabilidade, rescisão ou ineficácia total desta Escritura de Emissão e/ou contratos de garantia; (h) Protesto de títulos de responsabilidade da Companhia, cujo valor individual ou agregado seja igual ou superior a 14.000 (catorze milhões de reais), cuja devida comprovação não for apresentada ao agente fiduciário; (i) Não observância, pela Companhia, por mais de 2 (duas) vezes consecutivas e/ou por mais de 4 (quatro) vezes intercaladas, do ICSD, que deverá ser igual ou superior a 1,20 (um inteiro e vinte centésimos vezes), a ser apurado pela Companhia anualmente.

Abaixo está demonstrado o cálculo do ICSD.

	30/06/2023
(C) Índice de cobertura do serviço da dívida (A) / (B)	1,28
(A) Geração de caixa da atividade	62.238
(B) Serviço da dívida	48.564
(A) Geração de caixa da atividade	62.238
(+) LAJIDA (EBITDA)	66.234
(-) Pagamento de imposto de renda	(1.991)
(-) Pagamento de contribuição social	(2.005)
(B) Serviço da dívida	48.564
(+) Amortização de principal	15.067
(+) Pagamento de juros	33.497
EBITDA	66.234
(+/-) Lucro/prejuízo antes do imposto de renda	38.905
(+/-) Resultado financeiro líquido negativo/positivo	24.200
(+) PIS e COFINS deferidos por conta da aplicação da ICPC 01	55
(-) Receita com ativo financeiro da concessão	(59.275)
(-) Receita para a cobertura dos gastos com operação e manutenção	(16.794)
(+) RAP no exercício	78.690
(+/-) Outros ajustes IFRS	452

Em 30 de junho de 2023 e 31 de dezembro de 2022, a Companhia estava em conformidade com as cláusulas estabelecidas na escritura das debêntures.

12 Imposto de renda e contribuição social a recolher

	30/06/2023	31/12/2022
Imposto de renda	1.389	1.236
Contribuição social	70	595
	1.459	1.831

13 PIS e COFINS diferidos

	30/06/2023	31/12/2022
PIS	1.381	1.358
COFINS	6.362	6.258
	7.743	7.616

Os encargos são apurados sobre o ativo de contrato e são registrados contabilmente pela Companhia.

A segregação entre circulante e não circulante está detalhada a seguir:

	30/06/2023	31/12/2022
Circulante	3.083	1.194
Não circulante	4.660	6.422
	7.743	7.616

14 Imposto de renda e contribuição social diferidos

	30/06/2023	31/12/2022
Imposto de renda	20.408	17.582
Contribuição social	7.340	6.323
	27.748	23.905

O imposto de renda e a contribuição social diferidos são diferenças temporárias e estão demonstradas a seguir:

	30/06/2023	31/12/2022
Pronunciamento técnico CPC 47 - Receita de Contrato com Cliente	27.748	23.905
	27.748	23.905

15 Provisão e passivos contingentes

(a) Cível

A Companhia possui ação anulatória de ato administrativo cumulada com repetição de indébito proposta pela Tractebel Energia S.A., contra a ANEEL, o ONS, bem como contra todas as concessionárias de transmissão de energia elétrica integrantes do SIN, dentre elas a Companhia. O objetivo é a declaração de nulidade do artigo 4º da resolução nº 117/04 da ANEEL que inseriu novo reajuste do valor do TUST (tarifa de utilização do sistema de transmissão) pago pelas empresas geradoras de energia que entrassem em operação a partir de 01/07/2005, além da condenação das concessionárias corréis, na devolução da diferença do valor que lhes teria sido pago indevidamente. O valor em risco é de R\$ 139 em 30 de junho de 2023 e 31 de dezembro de 2022 e foi avaliado pela administração e suportada pelos assessores jurídicos como risco de perda provável, provisionado na conta de outros passivos.

A Companhia entrou com ação contra a ANEEL e a ONS com o objetivo de suspender a realização dos descontos a título de parcela variável por indisponibilidade. Em 30 de junho de 2023 e 31 de dezembro de 2022 o valor em risco é de R\$ 931, e foi avaliada pela administração e suportada pelos assessores jurídicos como risco de perda possível.

(b) Fundiário

A Companhia ajuizou ação de constituição de servidão administrativa, com pedido liminar para imissão na posse, para passagem de linha de transmissão na propriedade dos réus. Em 30 de junho de 2023 e 31 de dezembro de 2022 o valor em risco é de R\$ 318, e foi avaliado pela administração e suportada pelos assessores jurídicos como risco de perda provável.

(c) Tributário

A Companhia possui pedidos de compensações de débitos tributários que não foram homologadas pela Receita Federal do Brasil (RFB). A Companhia entende que possui o direito de utilizar esses créditos e entrou com processos contra a RFB. Em 30 junho de 2023 e 31 de dezembro de 2022 o valor em risco é R\$ 858 e R\$ 4.770, respectivamente, e foi avaliado pela administração e suportada pelos assessores jurídicos como risco de perda possível.

Esses débitos tributários foram originados na época que a Companhia era controlada pela Isolux, conforme nota explicativa 1.

Do montante total envolvido na transação de compra da Companhia pela Celeo Redes Brasil S.A., uma parte do valor ficou depositado em uma conta de garantia (*escrow account*), para que qualquer desfecho desfavorável nesses processos, fosse abatido dessa conta.

Após a análise desses processos, no primeiro trimestre de 2023, a Isolux decidiu por não continuá-los e optou pelo pagamento e consequentemente o encerramento desses débitos. Considerando que esses processos ainda estavam em andamento durante o processo de compra da Companhia pela Celeo Redes, e conforme citado anteriormente, o valor dessas obrigações, após confirmação pela Isolux, foi abatido da *escrow account*. No período findo em 30 de junho de 2023, do montante total de R\$ 4.770 considerado como risco de perda possível, a Companhia efetuou o pagamento de R\$ 3.912 referente aos débitos tributários. Sendo assim, foi reconhecido como um contas a receber com a Celeo Redes (dentro da rubrica “Outros Ativos”) para reembolso desses valores pagos durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2023.

16 Patrimônio líquido

(a) Capital social

Em 30 de junho de 2023 e 31 de dezembro de 2022 todas as ações da Companhia são detidas pela Celeo Expansões.

Em 30 de junho de 2023 e 31 de dezembro de 2022 o capital social subscrito e integralizado é de R\$ 20.000, dividido em 20.000.000 ações ordinárias e nominativas, de valor nominal a R\$1,00 cada.

(b) Reserva de lucros

i. Reserva legal

Constituída mediante a apropriação de 5% do lucro líquido do exercício, com conformidade com o artigo 193 da Lei 6.404/76.

Conforme Assembleia Geral Extraordinária (AGE) de 15 de julho de 2022 foi aprovada a redução da reserva legal a qual passou a ter R\$ 4.000. O montante de R\$ 11.256 referente a redução foi repassado à acionista.

ii. Dividendo retido e dividendo adicional proposto

Constituída com o lucro líquido após as destinações para a reserva legal e os dividendos mínimos obrigatórios, mediante aprovação dos acionistas.

Em 31 de dezembro de 2022 e 2021 o valor destinado como dividendo adicional proposto foi de R\$ 16.698 e R\$ 14.785, respectivamente.

Conforme Assembleia Geral Ordinária (AGO) realizada no dia 31 de março de 2023 os acionistas aprovaram o pagamento de R\$ 16.698 de dividendo adicional proposto.

(c) Dividendo mínimo obrigatório

O estatuto social da Companhia determina que os acionistas terão direito, em cada exercício social, aos dividendos mínimos obrigatórios de 50% do lucro líquido ajustado, na forma do artigo 202 da lei 6.404/76.

17 Lucro básico e diluído por ação

O cálculo do lucro básico e diluído por ação foi baseado no lucro líquido atribuído aos detentores de ações ordinárias e na média ponderada de ações ordinárias em circulação.

	3 meses findos		6 meses findos	
	30/06/2023	30/06/2022	30/06/2023	30/06/2022
Lucro líquido do período	6.467	7.214	12.342	16.356
Média ponderada das ações emitidas	20.000	20.000	20.000	20.000
	0,32	0,36	0,62	0,82

A Companhia não possui ações ordinárias diluídas, portanto o lucro básico e diluído por ação é o mesmo.

18 Receita operacional líquida

		3 meses findos		6 meses findos	
		30/06/2023	30/06/2022	30/06/2023	30/06/2022
Remuneração do ativo	(a)	14.784	13.637	29.624	26.897
Receita de operação e manutenção		4.199	4.049	8.397	8.097
Receita bruta		18.983	17.686	38.021	34.994
Pis e Cofins correntes	(b)	(1.673)	(648)	(3.560)	(1.290)
Pis e Cofins diferidos		(64)	23	(126)	62
Encargos setoriais		(745)	(674)	(1.498)	(1.340)
Deduções da receita		(2.482)	(1.298)	(5.184)	(2.568)
		16.501	16.387	32.837	32.426

- (a) A variação está atrelada ao reajuste da inflação (IGP-M), conforme descrito na nota explicativa 1.2.
- (b) O aumento observado entre os períodos refere-se à troca do regime tributário da Companhia de Lucro Presumido para Lucro Real.

19 Serviços de terceiros

(a) Custos operacionais

		3 meses findos		6 meses findos	
		30/06/2023	30/06/2022	30/06/2023	30/06/2022
Serviço de operação e manutenção	(i)	(160)	(147)	(320)	(293)
Contrato de compartilhamento de instalação		(81)	(411)	(162)	(488)
Débitos tributários	(ii)	(649)	-	(3.912)	-
Débitos tributários - reembolso	(ii)	649	-	3.912	-
Manutenção das instalações de transmissão		(459)	(1.076)	(510)	(1.076)
Diversos		(90)	(120)	(49)	(131)
		(790)	(1.754)	(1.041)	(1.988)

- i. Refere-se ao custo de prestação de serviços de operação e manutenção das instalações de transmissão.
- ii. O montante de R\$ 3.912 refere-se ao pagamento de débitos tributários, cujos vendedores da Companhia optaram por não dar prosseguimento com os processos. A Companhia reconheceu um contas a receber com a sua Celeo Redes Brasil S.A. para reembolso desses valores pagos. O montante está reconhecido dentro da conta "Outros ativos". Veja nota explicativa de contingências 15 (c).

(b) Despesas operacionais

	3 meses findos		6 meses findos	
	30/06/2023	30/06/2022	30/06/2023	30/06/2022
Consultorias	(59)	-	(118)	(7)
Diversos	(12)	-	(160)	(224)
	(71)	-	(278)	(231)

20 Resultado financeiro

	3 meses findos		6 meses findos	
	30/06/2023	30/06/2022	30/06/2023	30/06/2022
Rendimento de aplicação financeira	3.087	3.289	6.047	6.007
Receitas financeiras	3.087	3.289	6.047	6.007
Juros - debêntures	(8.380)	(8.297)	(17.043)	(15.271)
Custo de transação - debêntures	(137)	(138)	(273)	(229)
Outras despesas	(273)	(157)	(473)	(337)
Despesas financeiras	(8.790)	(8.592)	(17.789)	(15.837)
	(5.703)	(5.303)	(11.742)	(9.830)

21 Imposto de renda e contribuição social

(a) Lucro Real

A partir de 1 de janeiro de 2023, a Companhia alterou o seu Regime Tributário do Lucro Presumido para o Lucro Real, ocasionado pelo desenquadramento do limite de receita permitida pelo Art. 14 da Lei nº 9.718/98 no exercício anterior.

	30/06/2023
Resultado antes dos impostos	18.711
Despesa de IR e CS à alíquota nominal de 34%	(6.338)
Adições	(31)
Despesa de IR e CS à alíquota efetiva	(6.369)
Alíquota efetiva	34%

(b) Lucro Presumido

No exercício findo em 31 de dezembro de 2022 a Companhia era optante pelo Lucro Presumido, conforme apuração do período findo em 30 de junho de 2022 demonstrada abaixo.

	30/06/2022	
	IRPJ	CSLL
Remuneração do ativo	26.897	26.897
Percentual de presunção	8%	12%
Base de cálculo da receita	2.152	3.228
Receita de O&M	8.097	8.097
Percentual de presunção	8%	12%
Base de cálculo da receita de O&M	648	972
Receitas financeiras	6.007	6.007
Alíquota vigente	25%	9%
Imposto corrente	(2.201)	(918)
Diferenças temporárias	12	4
Imposto diferido	12	4

22 Transações com partes relacionadas

(a) Transações comerciais

		Ativo		Passivo		Receita/Despesa		Receita/Despesa	
						3 meses findos		6 meses findos	
		30/06/2023	31/12/2022	30/06/2023	31/12/2022	30/06/2023	30/06/2022	30/06/2023	30/06/2022
Celeo Redes	(i)	3.912	-	-	-	-	-	3.912	-
Celeo Redes	(ii)	-	-	142	45	(160)	(195)	(320)	(293)
		3.912	-	142	45	(160)	(195)	3.592	(293)

- i. Refere-se ao reembolso de débitos tributários conforme nota explicativa 15 (c).
- ii. Refere-se ao contrato com a Celeo Redes referente ao serviço de operação e gerenciamento de manutenção das instalações de transmissão da Companhia. O custo desse contrato é registrado na rubrica serviços de terceiros - custos operacionais; e prestação de serviços administrativos. A despesa desse contrato é registrada na rubrica serviços de terceiros - despesas operacionais.

(b) Remuneração da administração

Em 30 de junho de 2023 e 31 de dezembro de 2022 não houve atribuição de pagamentos realizados pela Companhia aos seus administradores, uma vez que os mesmos recebem um salário unificado, pago pela Celeo Redes e outras afiliadas do mesmo grupo econômico, considerando o compartilhamento de despesas corporativas comuns, em virtude da atuação dos administradores em todas as empresas do grupo Celeo Redes.

(c) Dividendos a pagar

A movimentação do saldo reconhecido no passivo está demonstrada abaixo.

Em 31 de dezembro de 2021	14.785
Aprovação de dividendos conforme - AGO 18.04.2022	14.785
Pagamento	(29.570)
Em 30 de junho de 2021	-
Redução reserva legal - AGO 15.07.2022	11.256
Pagamento	(11.256)
Constituição de dividendo mínimo obrigatório de 2022	16.698
Em 31 de dezembro de 2022	16.698
Aprovação de dividendos conforme AGO 31.03.2023	16.698
Em 30 de junho de 2023	33.396

23 Gestão de riscos financeiros

(a) Considerações gerais e políticas

A Companhia administra seus capitais investidos para assegurar que possa continuar suas atividades e maximizar o retorno dos seus acionistas. O gerenciamento de riscos tem por objetivo identificar e analisar os riscos considerados relevantes pela administração, tais como (i) os riscos de capital, de mercado (ii), de crédito (iii) e de liquidez (iv). A Companhia não operou qualquer tipo de instrumento financeiro derivativo nos períodos apresentados.

i. Gestão de risco de capital

A Companhia administra seu capital com o objetivo de salvaguardar a continuidade de seus negócios no longo prazo, oferecendo retorno adequado aos acionistas e demais benefícios às outras partes interessadas, além de ajustar sua estrutura de capital com o objetivo de reduzir o seu custo de capital.

Sempre que necessário para adequar sua estrutura de capital, a administração pode propor a revisão da política de pagamento de dividendos, a devolução de capital aos acionistas, a emissão de novas ações ou ainda a venda de ativos, dentre outras ações de adequação de estrutura de capital.

ii. Gestão de risco de mercado

Este risco é oriundo da possibilidade da Companhia incorrer em perdas devido a flutuações nas taxas de juros ou outros indexadores de dívida, tais como índices de preço, que impactem as despesas financeiras relativas a financiamentos ou o rendimento das aplicações financeiras. Atualmente, o custo de financiamento da Companhia possui taxas pré-fixadas.

iii. Gestão de risco de crédito

O risco de crédito refere-se à possibilidade da Companhia incorrer em perdas devido ao não cumprimento de obrigações e compromissos pelas contrapartes.

iii.1 Risco de crédito das contrapartes comerciais

A principal exposição a crédito é oriunda da possibilidade da Companhia incorrer em perdas resultantes do não-recebimento de valores faturados de suas contrapartes comerciais.

Para reduzir este risco e auxiliar no gerenciamento do risco de inadimplência, a Companhia monitora o volume de contas a receber de clientes e realiza diversas ações de cobrança, realizadas em conformidade com a regulamentação regulatória, o que inclui ainda a possibilidade de acionamento de garantia fornecida pelos usuários ao ONS e a interrupção do fornecimento.

iii.2 Risco de crédito com instituições financeiras

Para operações envolvendo caixa e equivalentes de caixa e títulos e valores mobiliários, a Companhia segue as disposições de sua Política de Risco de Crédito que tem como objetivo a mitigação do risco por meio da diversificação junto às instituições financeiras e a utilização de instituições financeiras consideradas de primeira linha.

A Companhia realiza o acompanhamento da exposição com cada contraparte, sua qualidade de crédito e seus ratings de longo prazo publicados pelas agências de rating para as instituições financeiras com as quais a Companhia possui operações em aberto.

iv. Gestão de risco de liquidez

O risco de liquidez é caracterizado pela possibilidade da Companhia não honrar com seus compromissos nos respectivos vencimentos. A Gestão financeira adotada pela Companhia busca constantemente a mitigação do risco de liquidez, tendo como principais pontos o alongamento de prazos dos financiamentos, desconcentração de vencimentos e diversificação de instrumentos financeiros. O permanente monitoramento do fluxo de caixa e dos planos de investimentos permite a identificação de eventuais necessidades de captação de recursos, com a antecedência necessária para a estruturação e escolha das melhores fontes.

Nos casos em que há sobras de caixa, são realizadas aplicações financeiras para os recursos excedentes com base na política de crédito da Companhia, com o objetivo de preservar a liquidez da Companhia e têm como diretriz alocar ao máximo os recursos em ativos com liquidez diária.

(b) Análise de sensibilidade dos instrumentos financeiros

A Companhia efetua testes de análise de sensibilidade conforme requerido pelas normas contábeis, elaborados com base na exposição líquida às taxas variáveis dos instrumentos financeiros ativos e passivos em aberto no final do período findo em 30 de junho de 2023. Na realização do teste, a Companhia assume que o valor apresentado estivesse em aberto durante todo esse período apresentado.

Foram preparados três cenários de análise de sensibilidade: (i) provável* - considera as taxas de juros futuros observados nesta data base; (ii) redução de 25%; e (iii) redução de 50% do cenário provável, respectivamente.

	Risco	Cenários		
		(i)	(ii)	(iii)
Aplicação financeira	Redução do CDI	(11.370)	(8.528)	(5.685)
Debêntures	Aumento do IPCA	9.365	7.024	4.682

*Fonte: O CDI e o IPCA para o cenário provável (9,50% e 3,92%) foi considerado conforme relatório Focus de 30/06/2023.

(c) Valor justo e hierarquia dos ativos e passivos financeiros

Os valores justos são determinados com base nos preços de mercado, quando disponíveis, ou na falta destes, no valor presente de fluxos de caixa futuros esperados.

Os valores justos de equivalentes de caixa, títulos e valores mobiliários e outros ativos e passivos financeiros são equivalentes ou não diferem significativamente de seus valores contábeis.

A hierarquia dos valores justos dos ativos e passivos financeiros registrados em base recorrente segue os níveis: (i) nível I - são preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos ou passivos idênticos aos quais a entidade pode ter acesso na data de mensuração; (ii) nível II - são informações, que não os preços cotados incluídos no nível I, observáveis para o ativo ou passivo, direta ou indiretamente; e (iii) nível III - são informações não observáveis para o ativo ou passivo.

Todos os ativos e passivos financeiros foram classificados no nível II e não houve transferências de níveis no período.

24 Cobertura de seguros

A Companhia possui como política a contratação de seguros para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza da sua atividade. A Companhia possui cobertura de seguros de responsabilidade civil e riscos operacionais contra incêndios e riscos diversos para os bens atrelados ao contrato de concessão, exceto para as torres das linhas de transmissão. As coberturas de seguros para as torres que estão compreendidas nas apólices, não refletem os riscos efetivos que possam ocorrer e os prêmios cobrados no mercado pelas seguradoras são elevados.

Em 30 de junho de 2023, a cobertura de seguros contra riscos operacionais era composta por R\$ 23.193 para danos materiais e R\$ 10.000 para responsabilidade civil com vigências de 30 de junho de 2021 a 30 de junho de 2023.

25 Evento subsequente

(a) Resolução homologatória para o ciclo 2023-2024

A Resolução Homologatória nº 3.216, de 04 de julho de 2023, estabeleceu a RAP da Cachoeira Paulista para o ciclo 2023-2024 em R\$ 75.121.

José Maurício S. de Souza
Diretor

Marcus Hansen Balata
Diretor

Luiz Carlos Leite
Diretor relação com
investidores

Bruno M. S. M. Melo
Contador
CRC-RJ 111193/O-8